



DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO SEIS DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e doze, pelas dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros, reuniram sob a presidência do docente Aníbal Marques, os elementos do Conselho Geral, à exceção de Teresa Galante Santos para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto um - Análise e eventual aprovação do Projeto Educativo;-----

----- Ponto dois - Ponderação das Linhas orientadoras para a elaboração do Orçamento;-----

----- Ponto três - Análise do Plano Anual de Atividades;-----

----- Ponto quatro - Ponto da situação sobre a nova escola;-----

----- Ponto cinco - Análise e possível aprovação do Regulamento Interno;-----

----- Ponto seis - Outros assuntos.-----

----- Deu-se início à reunião com a análise e respetiva leitura da ata anterior. A ata foi aprovada por maioria, com cinco abstenções (por não terem estado presentes).-----

----- O Presidente do Conselho Geral perguntou aos elementos presentes se pretendiam acrescentar mais algum ponto prévio à Ordem de Trabalhos, conforme prevê o Regimento - não houve propostas.-----

----- O Presidente do Conselho Geral informou que as faltas dos elementos ausentes foram devidamente justificadas (consoante exige o Regimento Interno). -----

----- Em consequência da eleição dos novos corpos da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Anadia a Presidente, Patrícia Flores, apresentou aos Conselheiros os dois novos elementos, que foram eleitos e designados para fazer parte desta mesma Associação e, por conseguinte, representá-la neste Conselho, nomeadamente Joana Trindade e Silva e Sérgio Viegas Fontes.-

----- O Presidente do Conselho Geral deu continuidade à reunião referindo que se encontrava aberta a discussão e análise relativa ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: Análise e eventual aprovação do Projeto Educativo. Recordou que o Projeto Educativo é um documento que consagra a orientação educativa do agrupamento, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa. Também informou que uma das competências do Conselho Geral é aprovar o Projeto Educativo e acompanhar e avaliar a sua execução.-----

----- Procedeu-se a uma cuidada análise ao Projeto Educativo, fazendo-se as alterações consideradas pertinentes e oportunas (sendo, todas elas, com o consenso deste Conselho) em vários artigos, a saber:----

----- Na página sete, no ponto 3.4.1. Atividades letivas, surgiram duas propostas, nomeadamente a proposta A: manter o quadro como está; proposta B: acrescentar uma linha (com o horário de Vilarinho do Bairro) e eliminar a coluna da direita.-----

----- Colocadas a votação, a proposta A obteve cinco votos e a B quinze votos.-----

----- Na página doze, no ponto 1. **Análise SWOT do Agrupamento - Pontos fracos**, o Presidente do Conselho Geral propôs acrescentar um ponto com o seguinte texto: *“as condições físicas, profundamente deficitárias, mormente na Escola Secundária com terceiro ciclo e na Escola Básica número dois de Anadia”*. Na página treze, no campo **Oportunidades**, e em consequência do ponto anterior sugeriu substituir *“(…) Existência de recursos físicos e humanos(…)”* por *“(…)Existência de recursos humanos (…)”*. Ainda, relativamente ao campo Ameaças/Constrangimentos a proposta foi no sentido de retirar o ponto: *“(…) Normativos legais que não permitem uma cultura de responsabilidade e de sucesso efetivo (…)”*.-----

----- Na página quinze, ponto 3. Estratégias de intervenção, foi proposto alterar *“(…) No domínio do Saber-Ser e do Saber-Viver com: (…)”* por *“(…) No domínio do Saber-Ser e do Saber-Viver, “Saber-Estar com: (…)”*.-----

----- Na página dezasseis, relativamente ao capítulo VI-Objetivos e Metas do projeto educativo, por não haver consenso, surgiram duas propostas: proposta A - *“(…)Melhorar a qualidade de sucesso, incrementando os quadros de valor e excelência(…)”* e a proposta B - *“(…)Melhorar a qualidade de sucesso(…)”*. A proposta A obteve seis votos e a proposta B catorze votos.-----

----- Ainda neste ponto foi proposto que se substituísse *“(…) Combater o absentismo e o abandono escolar aproveitando as parcerias estabelecidas no Conselho Geral, para enriquecer as ofertas do Agrupamento (…)”*, por dois pontos distintos, sendo eles: *“(…) Combater o absentismo e o abandono escolar; (…)”* e *“(…) Capitalizar as valências/parcerias que a constituição do Conselho Geral oferece; (…)”*.-----

----- Na página vinte, a sugestão foi de substituir *“(…) anualmente(…)”* por *“(…) regularmente (…)”*, porque a avaliação se deve ir fazendo em permanência, pois o Conselho Geral, por lei, tem de a fazer pontualmente. Ainda acrescentar: *“(…) e aprovados em Conselho Geral (…)”*.-----

----- Concluídos os trabalhos de análise e reformulação de alguns pontos do Projeto Educativo, o Presidente do Conselho Geral propôs a votação do mesmo, tendo sido aprovado por unanimidade em vinte e oito de novembro de dois mil e doze.-----

----- O Diretor fez questão de deixar expresso o seu voto de agradecimento à equipa que trabalhou/elaborou o Projeto Educativo.-----

----- Relativamente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos: Ponderação das Linhas orientadoras para a elaboração do Orçamento, o Presidente do Conselho Geral informou os Conselheiros sobre os princípios adotados de acordo com o Decreto-Lei nº. 75/2008, artigo 13º., alínea h) (agora alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de Julho), *“Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento”*; conjugado com o artigo 20.º, alínea b: *Diz que o Diretor deve “Elaborar o projeto de orçamento, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral;”*.-----

----- Neste contexto, o Presidente deste Conselho questionou os elementos presentes sobre alguma eventual proposta que tivessem para apresentar. Advertiu que estão em causa alguns princípios que deverão funcionar como linhas orientadoras. Não havendo qualquer proposta apresentou a sua, procedendo à leitura da mesma:-----

----- A primeira seria: o princípio do primado da dimensão pedagógica - na elaboração da execução do orçamento, devem prevalecer as opções de natureza pedagógica em detrimento das administrativas; em segundo: o princípio da transparência - todas as informações deste documento final (orçamento) devem estar disponíveis, embora em sede própria, a todos os elementos da comunidade educativa; em terceiro: o princípio da legalidade - a elaboração e a execução do orçamento devem atender à legislação em vigor à data; em quarto: princípio da adequação - a elaboração do orçamento deve ter em consideração as necessidades financeiras consignadas no Plano Anual de Atividades; em quinto: princípio da utilidade - o orçamento deve dimensionar as verbas do Orçamento Geral do Estado dedicadas à escola numa perspetiva objetiva e real; em sexto: princípio da integralidade - a elaboração do orçamento deve integrar todas as receitas e despesas, independentemente da sua proveniência (natureza e origem); em sétimo: princípio da clareza - o presente orçamento deve ser elaborado de forma a que, em qualquer momento, possa ser facilmente detetado e compreendido algum desvio que eventualmente aconteça; em oitavo: princípio da proporcionalidade/equidade - aquando da elaboração do orçamento a afetação de meios orçamentais às atividades e serviços deve ter em linha de conta a dimensão e a complexidade, o número de participantes e/ou destinatários, dessas mesmas entidades e serviços; em nono: princípio da prioridade - na elaboração do orçamento a prioridade será para a afetação de recursos orçamentais às despesas obrigatórias, seguindo-se-lhe as despesas ordenadas pela sua pertinência e impacto positivo no alcance dos objetivos definidos em sede própria; em décimo: princípio da responsabilidade/participação - a presente preparação do orçamento deve envolver os vários intervenientes, nos seus diversos contributos, com responsabilidade para o efeito, mormente na projeção das receitas/despesas.-----

----- Depois de enumerar todos os princípios em termos gerais, ainda acrescentou algumas medidas concretas (específicas) que, em seu entender, devem ser prioritárias, nomeadamente:-----

----- Ponto um - A Direção e o Conselho Administrativo deverão tomar as medidas necessárias à gestão rigorosa da despesa, reorientando-a de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades da escola, sempre com base em critérios de economia, eficácia e eficiência; ponto dois: A elaboração do orçamento deve responder às necessidades financeiras das atividades propostas no Plano Anual de Atividades e ao desenvolvimento do Projeto Educativo; ponto três: Implementação de medidas de desburocratização e simplificação, optando-se, quando possível, pela desmaterialização dos procedimentos e dos documentos; ponto quatro: Deverá ter-se em conta a necessidade da manutenção/aquisição de equipamentos e materiais didático/pedagógicos que permitam aos alunos adquirir as competências necessárias ao seu sucesso educativo, ou seja, realizar-se um reforço do investimento em materiais pedagógicos e didáticos de forma a facilitar a implementação de metodologias diversificadas no processo de ensino-aprendizagem; ponto cinco: Promoção de projetos e atividades de enriquecimento curricular procurando fontes de financiamento, nomeadamente por parte da autarquia local e outras entidades públicas e privadas, mormente, ao abrigo da lei do mecenato; ponto seis: Nas tomadas de decisão nas várias áreas, deverá haver a permanente preocupação com as questões ambientais e o não desperdício, designadamente de poupança de energia, valorizando a reciclagem, reutilização e redução 3R's (Reduzir, Reciclar, reutilizar); ponto sete: Promover e rentabilizar a utilização das instalações pela comunidade; ponto oito: Financiar alunos carenciados para Visitas de Estudo; ponto nove: Verba para atividades de promoção de qualidade: palestras, visitas. -----

----- O Presidente do Conselho Geral perguntou aos Conselheiros se pretendiam pronunciar-se sobre este assunto. Todos concordaram com o exposto.-----

----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----

----- Prosseguindo para o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos: “Análise do Plano Anual de Atividades”, o Presidente do Conselho Geral informou estar aberta a análise e discussão ao documento.----

----- O Plano Anual de Atividades foi apresentado aos elementos presentes, para que fosse devidamente analisado, o que mereceu a melhor apreciação por parte dos mesmos.-----

----- Terminadas as devidas considerações ao Plano Anual de Atividades, e com a ressalva deste ser um documento aberto a eventuais sugestões e propostas, o Presidente do Conselho Geral propôs a sua votação. Foi aprovado por unanimidade.-----

----- De acordo com o quarto ponto da Ordem de Trabalhos: “Ponto da situação sobre a nova escola”, o Diretor informou que procedeu em conformidade, com a decisão tomada por este Conselho, enviando o ofício ao Ministério da Educação e da Ciência, com conhecimento à Direção Regional de Educação do Centro e à Parque Escolar. Até à data não recebeu nenhuma resposta. Deste modo, mantém-se a última informação de que as obras recomeçam no início do mês de janeiro de dois mil e treze.-----

----- O professor Paulo Carvalho, ainda sobre este assunto, propôs que se voltasse a remeter correspondência às mesmas entidades, no sentido de reforçar e insistir sobre este assunto, que tanto afeta toda a comunidade escolar. Todos os elementos concordaram.-----

----- Passando ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, procedeu-se a uma cuidada e minuciosa análise ao Regulamento Interno, que em consequência da Lei 51/2012 de 5 de setembro, obriga a mais uma revisão ao mesmo, fazendo-se as alterações necessárias e oportunas (sendo, todas elas com o consenso dos elementos presentes) em vários artigos a saber:-----

----- No artigo 180, alínea g) onde se lê: “ (...) A não participação em visitas de estudo e outros eventos: palestras, workshops, ações de formação,... (obrigando-se o aluno a apreender os conteúdos previstos para essa atividade); deve ler-se: “ (...) A não participação em visitas de estudo e outros eventos: palestras, workshops, ações de formação,... (obrigando-se o aluno a apreender os conteúdos previstos para essa atividade); esta não participação será decidida em articulação com o professor da disciplina/diretor de turma (eventualmente o conselho de turma); (...) ”.-----

----- No artigo 183, ponto seis, foi proposto acrescentar “ (...) sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 27º da Lei 51/2012 de 5 de setembro. (...) ”.-----

----- Relativamente ao artigo 191 - Suspensão Preventiva do aluno (do Regulamento Interno em discussão), o assunto não mereceu consenso. Devido a este facto, e após terem sido apresentados os vários argumentos acerca do assunto em questão, estes condensaram-se em três propostas, respetivamente a Proposta A: manter o ponto dois - “Em caso de decisão condenatória e por solicitação do aluno pode o mesmo vir a beneficiar de atividades de recuperação de aprendizagem tal como o referido na alínea anterior.”; a Proposta B: retirar o ponto dois; Proposta C: manter o ponto um, com o seguinte texto: “Em caso de suspensão preventiva, se a decisão do processo disciplinar for favorável ao aluno e/ou o aluno solicitar apoio este deve ser beneficiado com trabalho específico de recuperação das aprendizagens em falta.” e o ponto dois: “Em caso de decisão condenatória e por solicitação do aluno pode o mesmo vir a beneficiar de atividades de recuperação de aprendizagem tal como o referido na alínea anterior.”-----

----- Colocadas à votação, a proposta A obteve zero votos, a Proposta B treze votos e a Proposta C um voto, pelo que resultou a alteração ao Regulamento Interno.-----

----- Terminados os trabalhos de análise e reformulação do Regulamento Interno, o Presidente do Conselho Geral propôs a sua votação. Foi aprovado por unanimidade em vinte e oito de novembro de dois mil e doze.-----

----- Dando cumprimento ao último ponto da Ordem de Trabalhos: “Outros assuntos”, o Presidente do Conselho Geral colocou à consideração dos Conselheiros o Edital para a eleição da Associação de Estudantes do Agrupamento, a fim de procederem à sua análise e consequente designação das datas, nos termos da legislação em vigor. -----

----- Foi aprovado por unanimidade.-----

----- O Presidente do Conselho Geral, em virtude dos alunos pretenderem organizar-se para constituir formalmente a Associação de Estudantes, ainda no presente ano letivo, apresentou uma proposta dos Estatutos da Associação de Estudantes do Agrupamento. A mesma mereceu a melhor atenção de todos os Conselheiros, pelo que foi devidamente analisada e reformulados alguns pontos com o consenso de todos os elementos presentes.-----

----- Concluída a reformulação do documento, o Presidente do Conselho Geral propôs a sua votação. Foi aprovado por unanimidade em vinte e oito de novembro de dois mil e doze.-----

----- O professor António Alves informou que não compareceu à última reunião, porque não recebeu a respetiva convocatória.-----

----- O Presidente do Conselho Geral, sobre esta questão, referiu que as convocatórias, para além de serem enviadas por correio eletrónico, são também sempre afixadas (em suporte de papel) em todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento (facto corroborado pelo Diretor).-----

----- Acrescentou que desconhecia o facto do respetivo Conselheiro não ter recebido a convocatória, em virtude de não ser habitual o próprio acusar a receção, pela mesma via, desta ou de qualquer outro tipo de comunicações e/ou documentos que lhe sejam enviados.-----

----- A vereadora Rosa Tomás comunicou que o conselheiro Mário Teixeira foi alvo de uma homenagem pública, no passado dia vinte de outubro de dois mil e doze, pelos seus trinta anos de trabalho e dedicação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia. Por isso, a sua proposta foi no sentido de que este órgão, Conselho Geral, lhe deixasse aqui expresso um voto de louvor.-----

----- Todos os Conselheiros presentes concordaram (exceto o próprio).-----

----- A Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação fez questão de referir que muitos pais estão bastante preocupados com o recreio do Centro Escolar, pela falta de condições que o piso oferece e consequentemente os perigos que daí possam advir. A este respeito, deixou um apelo para que se congregassem esforços, no sentido desta situação se resolver o mais breve possível.-----

----- Sobre este assunto, a vereadora Rosa Tomás referiu que a Câmara Municipal está disponível e aberta a sugestões, uma vez que se encontra à procura de soluções técnicas para a resolução deste problema. Informou ainda que qualquer reunião sobre esta questão deverá ser restrita à Associação de Pais.-----

----- O Presidente do Conselho Geral propôs aos presentes a seguinte Ordem de Trabalhos para a próxima reunião: Ponto um: Reflexão e análise acerca do momento inspetivo ao Agrupamento; Ponto dois: Análise do relatório do Plano Anual de Atividades; Ponto três: Aprovação do Relatório de Contas de Gerência; Ponto quatro: Outros assuntos. -----

----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----
----- A próxima reunião ficou agendada para o dia dez de abril de dois mil e treze, às dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros.-----
----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata. -----

O Presidente do Conselho Geral

(Aníbal Marques)

A Secretária

(Clara Mira)